



Informação nº: 195/2017 – SECONT/3ªDICONT

Brasília (DF), 14 de novembro de 2017.

Processo nº: 478/2016 (processo eletrônico)

Jurisdicionada: CEB Distribuição S/A

Assunto: Tomada de Contas Especial

Valor envolvido: R\$ 5.561.192,31¹ (atualizado até 2014)

Ementa: Tomada de Contas Especial. Citação. Apresentação de alegações de defesa. Análise. Decisão nº 2545/2017. Procedência de algumas defesas e improcedência de outras. Aplicações de multas e notificação da empresa Diamante Engenharia e Comércio Ltda. para recolhimento do débito apurado. Acórdão nº 198/2017. Interposições de recursos contra os termos da Decisão nº 2545/2017 e Acórdão 198/2017. Decisão nº 4807/2017. Conhecimento. Efeito suspensivo. Requerimento da OAB/DF para participação nos autos como *amicus curiae*. Pelo deferimento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da TCE (convertida) com o objetivo de examinar as irregularidades identificadas no Contrato nº 05/2008-CJU/CEB, resultante do Lote 2 da Concorrência nº 16/2007-CEB, celebrado entre a CEB Distribuição S/A e a empresa Diamante Engenharia e Comércio Ltda., cujo prejuízo, atualizado até 2014, correspondeu a R\$ 5.561.192,31.

¹ Total do prejuízo apurado no Contrato nº 05/2008-CJU/CEB, atualizado até 2014, conforme e-DOC nº FAA30DF6 (Papel de Trabalho – PT Nº 2/2016 – SECONT, peça 3 destes autos).



2. Na última assentada, o e. Tribunal, por meio da Decisão nº 4807/2017, decidiu:

“I – tomar conhecimento das Informações nºs 114, 121, 126 e 131/2017 – SECONT; II – conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Francisco José de Campos Amaral, José Jorge Vasconcelos Lima, Elias Brito Júnior, Haroaldo Brasil de Carvalho, pela Sra. Bruna Wills e pela empresa Diamante Engenharia Ltda. contra os termos da Decisão nº 2545/2017 e Acórdão 198/2017, conferindo-lhes efeito suspensivo, consoante estabelece o art. 34 da Lei Complementar nº 01/1994, c/c o art. 285 do RI/TCDF e art. 1º da Resolução TCDF nº 183/2007; III – determinar ao Sr. José Jorge Vasconcelos Lima que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe a esta Corte a procuração que legitima a Sra. Bruna Wills a postular em seu nome, sob pena da inadmissibilidade do recurso, conforme os §§ 1º e 2º do art. 104 do Código de Processo Civil de 2015; IV – dar ciência desta deliberação aos recorrentes e a seus representantes legais, em face do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução TCDF nº 183/2007, informando-lhes que o recurso ainda carece de apreciação de mérito; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para os devidos fins.”

3. O mérito dos recursos interpostos será analisado em fase própria, posterior, de modo que a presente análise abordará o requerimento apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Distrito Federal – OAB/DF (e-doc 15BF0E0F-c) de intervir nos autos como *amicus curiae*, com base no art. 138 do NCPC, “para promover a assistência jurídica ao advogado Francisco José de Campos Amaral, consultor jurídico nestes autos”:

“Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.



§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.

§ 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae*.

§ 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.”

4. Embora não haja previsão na LC nº 1/94 ou no RI/TCDF acerca da participação de pessoa física ou jurídica na qualidade de *amicus curiae*, o e. TCDF reconhece essa possibilidade, como decorrência do disposto no art. 298 do RI/TCDF², devendo-se utilizar o Código de Processo Civil como meio de integração das normas, conforme se depreende do teor do voto condutor da Decisão nº 1177/2017³ (Processo nº 5129/2016), no qual a c. Corte admitiu a participação de entidades como *amicus curiae* naqueles autos, com fundamento do art. 298 do RI/TCDF, c/c art. 138 do CPC.

5. Transcreve-se os seguintes trechos desse voto condutor, que fundamentam a referida decisão:

“17. O **amicus curiae**, expressão latina que significa “*amigo da corte*”, é a **pessoa ou entidade estranha** à causa, que, em auxílio ao Tribunal, provocada ou voluntariamente, oferece **esclarecimentos sobre questões essenciais** ao processo.

² “Art. 298. Aplicam-se subsidiariamente no Tribunal as disposições das normas processuais em vigor, no que couber”.

³ “II. admitir a participação da Associação de Voluntários Pesquisadores e Portadores de Coagulopatias – AJUDE-C e da Associação e Casa dos Hemofílicos do Distrito Federal como *amicus curiae*, com fundamento no art. 298 do RI/TCDF, c/c art. 138 do CPC, autorizando a apresentação de manifestação escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta decisão, conferindo-lhe os poderes devidos, inclusive quanto à possibilidade de opor embargos de declaração e de realizar sustentação oral”.



18. De acordo com a lição de Cassio Scarpinella Bueno⁴, “*O que enseja a intervenção desse ‘terceiro’ em processo alheio é a circunstância de ser ele, de acordo com o direito material, um **legítimo portador de um ‘interesse institucional’**, assim entendido aquele **interesse que ultrapassa a esfera jurídica de um indivíduo e que, por isso mesmo, é um interesse metaindividual**. Um tal ‘interesse institucional’ autoriza o ingresso do ‘amicus curiae’ em processo alheio para que a decisão a ser proferida pelo magistrado leve adequada e suficientemente em consideração as **informações disponíveis sobre os impactos e os contornos do que lhe foi apresentado para discussão**”.* (grifei).

19. A sua admissão em processos vem ocorrendo com frequência no âmbito do Poder Judiciário, em face das disposições contidas nas Leis nºs 9.868/99 (regula o processo na ADPF), 9.882/99 (regula os processos na ADI e na ADECON) e, mais recentemente, 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil).

20. Nas causas de maior relevância ou de maior impacto, ou que possam ter repercussão social, a admissão do **amicus curiae** mostra-se oportuna, pois permitirá à Corte que tome conhecimento de todas as implicações e repercussões de sua decisão, tendo, portanto, melhores condições de decidir.

21. Esse, inclusive, foi o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, que assumiu o ingresso do **amicus curiae** como um “*fator de pluralização e de legitimação do debate constitucional*”, de forma que a Suprema Corte possa estar servida “*de todos os elementos informativos possíveis e necessários à resolução da controvérsia*”, conforme registrado na ADI-MC 2321/DF⁵.

22. Nota-se ainda que a intervenção do **amicus curiae** é peculiar, porque ele não intervém nem como parte, nem como auxiliar da parte, mas como **auxiliar do juízo**, que passa a contar com um importante aliado, profundo conhecedor do tema em debate.

⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. Partes e terceiros no processo civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 204.

⁵ STF, ADI-MC nº 2321/DF MC, Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, 10/6/2005.



23. No tocante à previsão legal para sua admissão nos processos que tramitam neste Tribunal, verifica-se que tanto a Lei Orgânica quanto o Regimento Interno do TCDF são silentes sobre a matéria. Desta forma, em atenção ao art. 298 do RI/TCDF, deve-se utilizar o Código de Processo Civil como meio de integração das normas. Referido diploma legal trata expressamente da matéria, **in verbis**: (...)

24. A respeito da matéria, no **1º Fórum de Processualística: o Novo Código de Processo Civil e sua aplicação subsidiária aos Tribunais de Contas**, realizado nos dias 20 e 21 de setembro de 2016, com o apoio do Instituto Rui Barbosa e da Escola de Contas do Tribunal de Contas de Tocantins, discutiu-se a autonomia do Processo de Contas em relação aos demais ramos da processualística e, dentre as **proposições orientativas** aprovadas na Carta de Palmas⁶, consta a seguinte:

*“O Tribunal de Contas, tomando em consideração a relevância da matéria, sua especificidade ou sua repercussão social, poderá, de ofício ou por provocação, solicitar ou admitir a manifestação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada na condição de **amicus curiae**.”*

25. Vale destacar ainda que a admissão de interessados na condição de **amicus curiae** encontra precedentes no Tribunal de Contas da União, conforme se extrai do Acórdão TCU nº 1659/2016-Plenário, de relatoria da Ministra ANA ARRAES:

*“17. Quanto ao pedido da ATP de ingresso nos autos, **admito-a na condição de amicus curiae, concedo-lhe vista e cópia dos autos e fixo prazo de 15 dias para que apresente sua contribuição técnica, sob a ótica de terminais de uso privado que atuam em regime de ampla liberdade comercial, para deslinde da questão tratada nestes autos.**”*
(grifei).

⁶ Carta de compromisso com diversas proposições orientativas, conforme relatório elaborado pelos servidores do TCDF que participaram do evento (e-doc 348863ED-e).



26. E também no Tribunal de Contas de Mato Grosso, conforme Decisão nº 1040/MM/2016, da relatoria do Conselheiro Substituto MOISÉS MACIEL:

“(…) Considerando a relevância da matéria e seu impacto na execução das despesas públicas com URV, entendo que as informações constantes na documentação encaminhada pela AMAM merecem apreciação técnica, razão pela qual, baseado no artigo 236 do RICTMT, entendo pertinente a admissão da AMAM, para esse fim, como Amicus Curiae e de sua documentação como informações complementares que demandam instrução técnica e opinião ministerial complementar.” (grifei).”

6. A esses acresce-se o recente julgado do STF⁷ envolvendo o e. TCU e a OAB/RJ, essa como *amicus curiae* em processo no âmbito daquela e. Corte de Contas Federal, a saber:

“Liminar deferida à OAB suspende julgamento de processo no TCU sobre Sesc e Senac-RJ

O Tribunal de Contas da União (TCU) só poderá levar a julgamento o processo que apura supostas irregularidades praticadas no Serviço Social do Comércio (Sesc) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, depois que o relator do processo naquela corte de contas analisar pedido da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio de Janeiro (OAB-RJ) para ingresso no caso como *amicus curiae*. A decisão é do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que deferiu liminar requerida pela OAB-RJ no Mandado de Segurança (MS) 35117 para suspender o julgamento do processo, pautado para a sessão do TCU desta quarta-feira (23).

A Ordem alega que o relator do processo no TCU, a fim de realizar a fiscalização dos serviços sociais autônomos, solicitou documentos que

⁷ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=353433>, consultado em 06/11/2017.



dizem respeito à relação entre a Fecomércio-RJ e os seus advogados, o que, segundo a OAB, infringe o sigilo profissional da advocacia. Sustenta, no MS, que tem direito líquido de participar de todo e qualquer processo judicial ou administrativo em que podem ser violadas prerrogativas da classe de advogados.

Em 10 de janeiro deste ano, a entidade apresentou petição para ingressar no feito e, em 30 de maio, reiterou o pedido que até hoje não foi apreciado. A Ordem observa que, mesmo sem a análise do pleito, o relator determinou a inclusão do processo em pauta.

Decisão

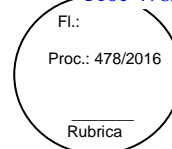
O ministro Ricardo Lewandowski explicou que o parágrafo único do artigo 49 do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) confere aos presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB legitimidade para intervir, inclusive como assistentes, nos inquéritos e processos em que sejam indiciados, acusados ou ofendidos os inscritos na Ordem. Lembrou ainda que o artigo 7º, inciso II, do Estatuto da Advocacia garante ao advogado a inviolabilidade de seu escritório, instrumentos de trabalho, e correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da profissão.

“Os fatos narrados tratam de situação que, aparentemente, poderia suscitar questionamentos quanto à dignidade profissional do advogado, por, eventualmente, violar prerrogativas e garantias que o Estatuto da Advocacia e a própria Constituição Federal lhe conferem”, destacou. “Vislumbro a coexistência da plausibilidade do direito invocado e do risco de lesão irreparável, necessários a justificar a suspensão do ato apontado como coator, pelo menos até que o requerimento de ingresso, como *amicus curie*, formulado pela OAB, seja objeto de deliberação pela Corte de Contas”, concluiu.” (sublinhou-se).

7. Assim, reconhecida a possibilidade de participação como *amicus curiae* no âmbito do e. TCDF, deve-se verificar, primeiramente, no caso concreto, se a entidade OAB/DF é detentora de representatividade adequada à essa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS



qualificação, ou, nos termos do art. 138 da CPC, se consideradas a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia há elementos suficientes a ensejar, ou não, o reconhecimento da entidade como *amicus curiae*.

8. O Sr. Francisco José de Campos Amaral foi responsabilizado nestes autos em decorrência de sua atuação como Consultor Jurídico, que consiste em atividade restrita a profissionais devidamente registrados na OAB, e a sua responsabilidade decorre de manifestação, nessa qualidade, favorável a repactuação/reajustamento, que, segundo apontado nos autos, conteria erro crasso que contrariava, flagrantemente, a norma de regência.

9. O contexto apresentado denota a existência dos requisitos a possibilitar o reconhecimento da requerente como *amicus curiae*, mormente por envolver, além da responsabilidade pessoal de pessoa inscrita na Ordem, a responsabilização, de um modo geral, de membros da Ordem na prática de atos típicos da categoria profissional que ela representa, quais sejam, pareceres jurídicos.

10. No que diz respeito aos aspectos formais da peça, ressalta-se que a procuração juntada ao requerimento (fl. 3 do e-doc 15BF0E0F-c), por meio da qual o Presidente da OAB/DF confere poderes para representá-lo, enumera expressamente os processos perante o e. TCDF em que se dará essa representação, dentre eles os presentes autos.

11. Há elementos suficientes a reconhecer a OAB/DF como *amicus curiae* nos autos e, em consequência, cabe conceder-lhe 15 (quinze) dias para, querendo, manifestar-se nesta fase recursal.

12. Observe-se que a ausência de competência para “interpor” recurso, prevista no § 1º do art. 138 do CPC, não exclui a possibilidade de manifestar-se nessa fase.



13. Por fim, destaca-se ter sido cumprida a diligência determinada no item III da Decisão nº 4807/2017, tendo sido anexada aos autos a demandada procuração (e-doc 9BA4164C-c).

Por conseguinte, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento do Requerimento da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Distrito Federal – OAB/DF (e-doc 15BF0E0F-c);
- II. admitir a participação da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Distrito Federal – OAB/DF como *amicus curiae* com fundamento no art. 298 do RI/TCDF, c/c art. 138 do CPC, autorizando a apresentação de manifestação escrita, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta decisão;
- III. considerar cumprida a determinação contida no item III da Decisão nº 4807/2017;
- IV. autorizar a devolução do feito à Secretaria de Contas para as devidas providências.

À superior consideração.